



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

407

2.º	PUBLICADO NO D.O. 8.º
C	07/02/94
C	1994
Rubrica	

Processo no 10410.001077/89-24

Sessão de : 25 de agosto de 1993
Recurso no: 91.395
Recorrente: CERAMICA TERRA NOVA S/A
Recorrida: DRF EM MACEIÓ - AL

ACORDÃO N° 202.05-993

PRAZOS - PEREMPÇÃO - O recurso voluntário deve ser interposto no prazo previsto no art. 33 do Decreto n° 70.235/72. Não observado o preceito, dele não se toma conhecimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por CERAMICA TERRA NOVA S/A.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não tomar conhecimento ao recurso, por perempto.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1993.

HELVITO ESCOVIDO BARCELLOS - Presidente

JOSE ANTÔNIO GARÓFALO DA CUNHA - Relator

GUSTAVO DO AMARAL MARTINS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **21 OUT 1993**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ELIO ROTHE, LUIZ FERNANDO AYRES DE MELLO FACHECO (Suplente), ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, OSVALDO TANCREDO DE OLIVEIRA, TARASIO CAMPELO BORGES e JOSE CABRAL GAROFANO.

APM



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10410.001077/89-24

Recurso no 91.395

Acórdão no 202.05-993

Recorrente CERAMICA TERRA NOVA S/A

RELATORIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA

Contra a empresa acima identificada foi lavrado auto de infração (fls. 01), em virtude das seguintes infrações:

1 - omissão de receita caracterizada pela saída fictícia de numerário de caixa, no valor de Cz\$ 150.000,00;

2 - omissão de receita operacional no valor de Cz\$ 49.170,01 proveniente da não contabilização da correção monetária, incidente sobre empréstimo efetuado a sua controladora;

3 - imposto líquido a pagar calculado a menor, no valor de Cz\$ 52.188,00 gerada pela utilização de redução e isenção do imposto a pagar calculada a maior, em razão da classificação inadequada da receita de fretes e carretos lançada na declaração no item "Outras Receitas Operacionais" no valor de Cz\$ 4.272.657,00, o qual, também, gerou o não recolhimento do PIS/FATURAMENTO e FINSOCIAL.

O fiscal autuante manifestou-se às fls. 25/27, anexando cópia da informação prestada no Processo no 10410-001074/89-36, onde propôs a manutenção integral do crédito tributário.

Impugnando o feito às fls. 10/20, a interessada apresentou cópia de sua defesa oferecida ao processo principal.

A autoridade singular assim ementou sua decisão (fls. 28/29):

"PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.

PIS/FATURAMENTO.

PROCESSO DECORRENTE.

Mantida a infração no processo matriz, consequentemente será mantido o lançamento dele decorrente.

AÇÃO ADMINISTRATIVA PROCEDENTE."



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10410.001077/89-24
Acórdão nº: 202.05-993

Irresignada, a recorrente interpôs Recurso de fls. 33/45, onde, basicamente, alega os mesmos argumentos de defesa, já expostos na peça impugnatória.

O presente processo foi apreciado por este Conselho, em sessão de 07.11.90, conforme Acórdão nº 201-66.692 (fls. 51/54), onde os membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes decidiram, por unanimidade de votos, anular a decisão de primeira instância.

As fls. 66/71, consta nova decisão, na qual a autoridade julgadora de primeira instância decidiu pela procedência parcial do crédito tributário, assim ementando sua decisão:

"EXERCICIO 1987 - ANO BASE 1986.

PIS/FATURAMENTO

TRIBUTAÇÃO REFLEXA.

Reformulada a base de cálculo do processo matriz de nº 10410-001074/89-36, alterar-se-á consequentemente o lançamento dele decorrente.

AÇÃO FISCAL PROCEDENTE EM PARTE."

As fls. 74, a empresa requereu prorrogação de prazo para apresentação do recurso, o que foi negado, com base no art. 6º, inciso I, do Decreto nº 70.235, de 06.03.72.

Em virtude do não atendimento do prazo para defesa, foi lavrado Termo de Perempto às fls. 75.

Voto, portanto pelo não conhecimento do recurso, por ser perempto.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1993.

JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA